

Editorial



Caros Colegas,

Terminamos hoje o segundo trimestre de 2020, após uma experiência inédita e terrível a que temos vindo a ser submetidos nos últimos meses, fruto da pandemia provocada pelo covid-19.

Efectivamente, mesmo com a esperança de virmos a ultrapassar esta epidemia, os sinais de uma solução médica eficaz ainda são, neste momento, algo distantes no que respeita à descoberta de uma vacina contra o vírus.

Portugal, como quase todos os países do mundo, tomou medidas, ouviu os epidemiologistas e especialistas e tenta recuperar a confiança. Este elemento será determinante para retomarmos a nossa vida, o nosso trabalho e orientará o investimento, a poupança e o consumo, factores tão importantes para o crescimento económico.

O nosso país já, antes desta crise, apresentava debilidades várias: elevada dívida externa, baixa taxa de poupança, investimento em queda, reformas estruturais da economia por fazer e estava fortemente dependente de sectores de actividade como o turismo e o imobiliário. Com a paragem forçada a que a pandemia obrigou e com uma lenta e irregular retoma da actividade económica, a par com números preocupantes de infectados, doentes e vítimas mortais deste vírus, mais urgente se torna criar as condições necessárias para devolver a confiança às famílias e empresas e saber aproveitar os fundos europeus que foram divulgados pela Comissão Europeia, há algum tempo atrás, para relançar a economia.

A Ordem dos Economistas, tal como a esmagadora maioria das empresas, serviços e organizações esteve exclusivamente em teletrabalho desde o início de março e, somente a partir deste mês, voltou a poder servir os seus membros, quer presencialmente, quer mantendo o teletrabalho, criando duas equipas entre os seus colaboradores que repartem o desenvolvimento das suas tarefas por aqueles dois meios.

Em representação da Ordem, quer eu, enquanto Bastonário, quer outros membros da Direcção temos participado em vários "webinar", colaborado em várias publicações e canais televisivos através de artigos ou comentários sobre a situação económica dos países, apoios governamentais e europeus ou o orçamento supletivo para 2020. E não só em

Lisboa ou no Porto, mas também um pouco por todo o país, nomeadamente no Algarve, Madeira e Açores.

Estas participações têm sido reproduzidas no site da Ordem e podem consultá-las quando entenderem.

Claro que se verificaram adiamentos de muitas das iniciativas da Ordem ou em que a Ordem colabora, como o Summit da Saúde (grande jornada sobre a saúde em Portugal), a Conferência Internacional sobre Sustentabilidade dos Planetiers ou o Congresso Internacional dos Auditores Internos, este a ser organizado pelo IPAI e agora adiado para 2022.

Nesta newsletter, dois dos associados da Ordem apresentam duas reflexões, uma sobre o acelerador de transformações que pode vir a ser o covid-19, da autoria de Raul Marques, membro da Direcção Nacional da Ordem e outra sobre a necessidade de triplicar o investimento em I&D nos próximos anos, escrito por Ricardo Sousa Valles, membro de uma anterior Direcção Nacional, juntamente com Sara Soares. Agradeço a disponibilidade dos Colegas e espero que da leitura destas duas colaborações resulte uma apreciação tão positiva como eu tive ao lê-los.

Boas férias para aqueles que possam gozá-las nos meses de verão e continuem a resguardar-se, pois temos de nos manter vigilantes e atentos perante esta pandemia ainda não vencida.

Lisboa, 30 de junho de 2020

*Rui Leão Martinho
Bastonário*

Próximos Eventos

| Data | Dia | Hora | Evento | Oradores | Local |
|------|-----|------|---|---|--|
| 2/7 | 5ª | 17h | Fórum PME Global Parceria Ageas Seguros e OE | Rui Vinhas da Silva, Alexandra Catalão, Abel Aguiar, Carlos Palhares, Gustavo Barreto, José Gigante, Manuel Cunha Júnior, Camilo Lourenço, José Gomes e Rui Leão Martinho | 1.ª Conferência online emitida a partir de Viana do Castelo – Forte de Santiago da Barra. |

Portugal necessita triplicar o investimento em I&D nos próximos 10 anos

A inovação tem tido um impacto profundo no crescimento económico ao longo da história, demonstrando que a competitividade das economias depende da sua capacidade para acompanhar a constante transformação dos mercados.

Neste sentido, é natural que os países com maior PIB per capita sejam aqueles que tendencialmente mais investem em Investigação e Desenvolvimento (I&D), enquanto geradora de inovação. Esta não é, no entanto, uma relação unidirecional. Isto porque países com maior despesa proporcional em I&D, e, portanto, maior grau de inovação, são também aqueles que apresentam maior eficiência no aproveitamento dos seus recursos, e que se tornam mais produtivos e competitivos no longo prazo, gerando mais riqueza nacional.

A Matriz de Investimento em I&D demonstra esta relação causa/efeito de forma relativamente clara.

Matriz de Investimento em I&D em 2018

(PIB per capita * Despesa em I&D)



Fonte: Eurostat, 2018

Ordem dos Economistas

Rua Ivone Silva, 6, 5º Edifício Arcis

1050-124 Lisboa

Telefone: 213929470 Fax: 213961428

e-mail: geral@ordemeconomistas.pt

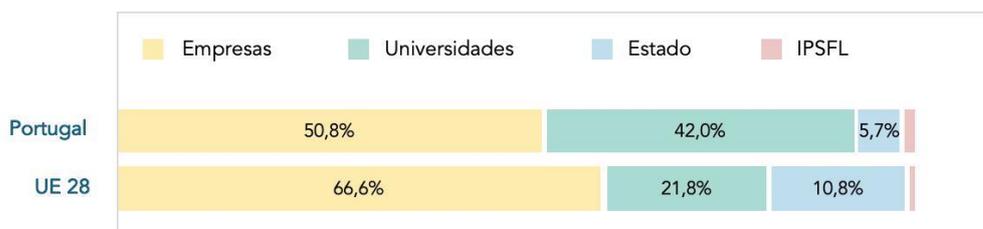
Website: www.ordemeconomistas.pt

No contexto europeu, a Suécia apresenta-se como o país que mais investe em I&D (3,32% do PIB). Portugal, por seu turno, apresenta um panorama bastante diferente, com um nível de investimento em I&D equivalente a 1,36% do PIB, estando ainda distante da média Europeia (2,19%).

Para fazer face a esta discrepância, e com o sentido de tornar o país mais competitivo e aumentar a diversificação e especialização de empregos disponíveis, Portugal estabeleceu como meta atingir 1,8% do PIB em investimento em I&D até 2020 e 3% até 2030, pretendendo-se que 2/3 do investimento seja tendencialmente suportado pelo Setor Privado e o restante pelo Setor Público (incluindo Estado e Ensino Superior).

Presentemente, embora as Universidades tenham um papel fundamental na execução de I&D, existe uma fraca ligação entre estas instituições e o Setor Privado, sendo que muito do conhecimento que ali se adquire e desenvolve não é absorvido pelo mercado.

Execução de I&D em 2018



Fonte: GEE, baseado de Eurostat, 2018

Em 2018, a despesa total do Setor Privado em I&D atingiu 0,69% do PIB nacional, sendo que 50 empresas e grupos empresariais são responsáveis por cerca de 60% do investimento. Neste cenário, o Setor Privado terá que, até 2030, quase triplicar a sua participação relativa em atividades de I&D, alargando necessariamente o número de empresas que contribuem para este indicador.

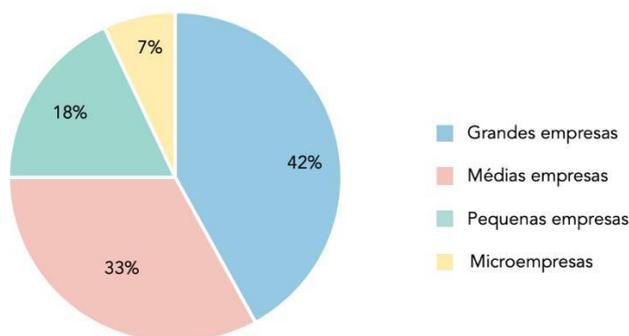
O SIFIDE constitui um instrumento relevante de alavancagem e com efeito multiplicador do investimento em I&D

Como forma de fomentar o investimento por parte do Setor Privado, e atingir a meta de 2% do PIB em investimento em I&D pelas empresas até 2030, foi definido um quadro alargado de benefícios fiscais.

O SIFIDE tem tido um papel particularmente relevante neste âmbito. Tratando-se de um sistema de incentivos fiscais que apoia o investimento I&D por via da obtenção de um benefício fiscal em sede de IRC, vem de certo modo instituir-se como um instrumento de alavancagem das empresas mais competitivas e rentáveis.

O número de candidaturas a este programa tem sido consistentemente crescente desde 2012. Em 2018, foram aprovadas 96% das candidaturas recebidas, num universo total de 1723 candidaturas, tendo sido atribuídos créditos fiscais na ordem dos Eur 330 Milhões, o que corresponde a cerca de ¼ do investimento total do Setor Privado em I&D.

Destino da atribuição de crédito fiscal em 2018



Fonte: ANI, 2018

Em 2018, o crédito fiscal foi atribuído na sua maioria (42%) a Grandes Empresas. Esta tendência tem sido revertida nos últimos anos, em que o apoio a MPMs tem sido consistentemente crescente, sugerindo o alargamento da aposta do tecido empresarial português nas atividades de I&D.

Uma das principais e mais importantes conclusões da existência do SIFIDE nos últimos anos é que as empresas que concorrem ao SIFIDE são, em média: maiores, mais rentáveis e mais produtivas, comprovando o efeito de alavancagem proporcionado pelos apoios do SIFIDE.

Recentemente, o SIFIDE passou a incluir as contribuições que as empresas façam para fundos que venham a investir em empresas que possuam a certificação de idoneidade em I&D pela ANI, para além das despesas incorridas nos seus projetos de I&D. Desta forma, o SIFIDE passou a incentivar não só as atividades próprias no domínio da I&D, como também a representar um papel importante na capitalização das empresas com prática de atividades de I&D.

Estimam-se cerca de Eur 200 Milhões em fundos de investimento nacionais para projetos de I&D

Ordem dos Economistas

Rua Ivone Silva, 6, 5º Edifício Arcis
1050-124 Lisboa

Telefone: 213929470 Fax: 213961428

e-mail: geral@ordemeconomistas.pt

Website: www.ordemeconomistas.pt

Embora não se encontrem ainda disponíveis dados estatísticos de natureza oficial, estimam-se que as entidades gestoras de fundos de investimento nacionais tenham angariado em torno de Eur 200 Milhões de capital e intenções de aplicação de capital, em fundos destinados ao investimento e financiamento de atividades de I&D por entidades de reconhecida idoneidade.

Este novo modelo de investimento vem criar novos e exigentes desafios às entidades gestoras de fundos que até à data, na sua maioria, não têm efetuado investimentos diretos significativamente relevantes que contribuam para o crescimento e diferenciação do sistema científico e tecnológico nacional.

Os perfis de risco associados à I&D de carácter inovador, e que resultam em direitos patenteados e geradores de rendimento futuro numa perspetiva de mercado global aberto, são elevados e requerem uma carteira diversificada que contribua para a dispersão do risco associado a cada investimento. No entanto, são ainda escassos os projetos inovadores e de natureza científica geradores de riqueza futura, num quadro em que o investimento nacional em projetos de I&D é de 0,69% do PIB. Este fator, a par das necessidades de avaliação dos projetos numa perspetiva científica, económica e financeira surge, por si só, como um dos grandes desafios das entidades gestoras, que resulta na dificuldade na identificação de oportunidades e sua avaliação.

Não obstante os desafios que terão que ser ultrapassados, a veiculação de capital para as entidades gestoras de fundos permitirá a transversalidade de fluxos financeiros entre empresas e setores, criando novos efeitos de alavancagem do I&D. Este processo permitirá igualmente criar as condições necessárias para o desenvolvimento de estruturas de investimento em projetos de forte pendor científico e inovador, cujo desenvolvimento tem vindo a encontrar obstáculos de dimensão, capacidade de apreciação e acompanhamento de projetos e gestão de risco.

Num cenário pós-confinamento e coexistência de Covid-19, mais do que nunca a I&D representará um fator de competitividade nacional, constituindo os fundos de investimento um veículo fundamental.

Ricardo Sousa Valles e Sara Seixas Soares

COVID-19: Um Acelerador de Transformações 10 anos

A pandemia do COVID-19 tem constituído um dos eventos mais marcantes e disruptivos que a economia mundial e a generalidade das sociedades têm enfrentado desde há décadas, originando ou acelerando transformações nos planos social, económico, empresarial e geoestratégico, embora seja ainda prematuro aferir a extensão dos seus efeitos (a curto e a longo prazo) nessas vertentes. De facto, podemos tender a sobrevalorizar a nossa capacidade preditiva atual sobre o que se tem designado como “novo normal” e só dentro de algum tempo seremos capazes de ajuizar melhor os seus contornos.

No entanto, algumas das transformações mais relevantes que esta pandemia irá provocar deverão situar-se aos seguintes níveis:

1. Sociedades Mais Preocupadas

Muitos de nós fomos surpreendidos com a rapidez como muito do que tomávamos como garantido afinal não o era, nomeadamente a saúde e a segurança pessoal e familiar, a liberdade de circulação de pessoas e bens, a relação harmoniosa entre oferta e procura, a fluidez das cadeias de produção.

Uma das consequências mais nefastas do que tem ocorrido é certamente o forte aumento do desemprego e a multiplicação das situações de pobreza e agravamento das desigualdades, requerendo uma maior intervenção transitória do Estado para minimizar essas situações na tesouraria das empresas e dos indivíduos. Em particular, têm aumentado as dúvidas sobre como iremos financiar as despesas do Estado com populações mais velhas, com mais ameaças à saúde e à segurança e com o reforço da necessidade de intervenção do Estado enquanto “segurador de último recurso”, o que implicará a mobilização de significativos recursos.

E qual o efeito conjugado das disrupções conjunturais criadas pelo Covid-19 no mercado de trabalho e dos avanços estruturais (em curso) da robótica, da utilização da inteligência artificial e do Big Data, os quais podem implicar níveis elevados de desemprego (conjuntural ou estrutural) durante a próxima década?

2. Dívida e Equidade entre Gerações

Um aspeto muito preocupante que resulta desta crise é o aumento do nível global de dívida, dos Estados, das famílias e das empresas, que pode implicar uma carga excessiva de dívida sobre as gerações futuras, penalizadora do crescimento económico futuro. É positivo ver a reação rápida dos Bancos Centrais e dos Governos, injetando liquidez nos mercados financeiros e ancorando as taxas de juro em patamares nulos ou negativos, garantindo a dívida nalgumas empresas e injetando capital noutras. Embora as taxas de juro muito baixas constituam um verdadeiro imposto sobre a poupança (taxas Euribor devem permanecer negativas muito tempo), neste momento não há alternativa a esta realidade.

Neste quadro de subida generalizada do endividamento, pode até ser desejável o aparecimento de alguma inflação, que reduza a médio prazo o valor real dessa dívida, e é crucial evitar uma espiral deflacionista no curto prazo.

As gerações que entraram mais recentemente no mercado de trabalho já foram penalizadas por 2 crises na última década, com impactos muito negativos sobre os seus rendimentos e a sua capacidade de poupança e de endividamento. Neste plano, é crítico assegurar que as populações em geral e os mais jovens em particular consigam aceder a habitação condigna, designadamente num quadro de grande valorização dos preços do imobiliário nos últimos anos. Como assegurar o equilíbrio e equidade intergeracional neste contexto e também ao nível das pensões e do seu financiamento?

3. Globalização vs Nacionalismo

Na sequência da queda do muro de Berlim e do fim da Guerra Fria, a liberalização do comércio mundial e a mundialização das cadeias de valor originaram nas últimas 3 décadas um extraordinário desenvolvimento da globalização, o qual permitiu acentuar o foco empresarial em cadeias logísticas just-in-time, retirar muitos milhões de pessoas da pobreza, potenciar o acesso da população mundial a bens de consumo a preços mais baixos e consolidar o ciclo de desinflação à escala global. No entanto, mesmo antes da eclosão desta pandemia, os sinais de reação à globalização eram crescentes, destacando-se, por exemplo, a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, o Brexit e as agendas políticas protecionistas.

A pandemia veio acentuar esta tendência, designadamente com as reflexões sobre a necessidade de algum reshoring corporativo, de molde a reduzir a distância física e os riscos nas cadeias de produção, o que pode vir a potenciar um ciclo de reindustrialização na Europa. Independentemente de alguns desejáveis ajustamentos no modelo de globalização vigente até agora, será conveniente minimizar os efeitos disruptivos de excessivas tentações protecionistas sobre o comércio internacional.

Ordem dos Economistas

Rua Ivone Silva, 6, 5º Edifício Arcis
1050-124 Lisboa

Telefone: 213929470 Fax: 213961428

e-mail: geral@ordemeconomistas.pt

Website: www.ordemeconomistas.pt

4. Mais Estado e Novos Valores Empresariais

A rapidez com que a eclosão do Covid-19 infetou a economia mundial exigiu uma generalizada intervenção do Estado, por forma a mitigar os seus efeitos brutais. As despesas do Estado visam primordialmente assegurar as necessidades básicas e os rendimentos mínimos das famílias, preservar postos de trabalho e auxiliar a tesouraria das empresas, podendo nomeadamente concretizar-se através de investimento público, garantias e empréstimos estatais, participações nas empresas e rendimentos pagos a trabalhadores e suas famílias. Em suma, durante alguns anos o Estado irá assumir um papel mais relevante na atividade económica e será muito importante acompanhar no futuro o processo de redução desse papel acrescido dos Estados, até para assegurar que as condições de adequada concorrência entre empresas de diferentes geografias serão preservadas.

Neste contexto de crise económica e de maior intervenção estatal, deveremos também assistir a um escrutínio mais apertado sobre a aplicação do dinheiro dos contribuintes nas empresas, pelo que a mudança de paradigma dos valores empresariais no sentido da conjugação de “Lucro, Pessoas e Planeta” se deverá acentuar nos tempos mais próximos.

5. Digitalização, Teletrabalho e Novos Padrões de Consumo e de Turismo

Seguramente que uma das transformações mais estruturantes da pandemia consiste no reforço do distanciamento em diversos planos, tendência que aliás já se verificava anteriormente com o retorno a apelos protecionistas e políticas de imigração mais restritivas.

No entanto, o confinamento mundial dos últimos meses acelerou a transformação digital a todos os níveis e o recurso ao teletrabalho, em simultâneo com uma maior preferência por produtos e serviços locais, quer no consumo em geral quer no turismo em particular. Creio que, se o salto quântico na organização do trabalho e das empresas, alicerçado na evolução tecnológica acelerada, estará certamente para ficar, já no que toca aos padrões de consumo/poupança e de turismo (e ao seu carácter desejavelmente mais protetor do ambiente) deveremos esperar mais alguns anos para separar o conjuntural do estrutural.

6. O Futuro da União Europeia (UE) e de Portugal na Economia Mundial

Na sequência da abrupta quebra macroeconómica que esta pandemia originou, embora os primeiros sinais que surgiram da UE fossem predominantemente nacionais e fragmentados, acentuando sérias dúvidas sobre o futuro e coesão da União e da Zona Euro, há que sublinhar que rapidamente esses sinais foram invertidos e as reações do Banco Central Europeu (BCE) e da Comissão Europeia, conjugadas com as posições do Euro Grupo e do eixo Berlim/Paris, têm sido rápidas e com dimensões significativas, pelo menos face às expectativas que chegaram a pairar. A atuação do BCE tem aliás sido decisiva para afastar o espectro de fragmentação da Zona Euro através da espiral de alargamento dos spreads entre yields da dívida pública, ancorando estes em níveis aceitáveis.

Independentemente dos valores finais que sejam aprovados para o Plano de Recuperação europeu e do mix entre subvenções a fundo perdido e empréstimos (aspetos obviamente muito importantes), a proposta da Comissão aponta para avanços cruciais, como sejam: o aumento no orçamento da União (que potenciará o seu poder de fogo naquelas que serão as prioridades estratégicas europeias) e a emissão centralizada de dívida europeia, finalmente um passo no sentido de alguma mutualização da dívida no espaço europeu.

Admitindo que o formato final deste Plano de Recuperação não se afastará muito da proposta da Comissão Europeia, a próxima década na UE assistirá a investimentos volumosos nas áreas das energias renováveis e da transformação digital. No entanto, é importante que seja preservada alguma razoável autonomia para os Estados-membros desenharem planos de investimentos nacionais que, embora suficientemente alinhados com os principais objetivos europeus, permitam dar resposta às necessidades e aos desígnios nacionais, designadamente no tocante à economia portuguesa

Raul Marques/Economista

Ordem dos Economistas

Rua Ivone Silva, 6, 5º Edifício Arcis

1050-124 Lisboa

Telefone: 213929470 Fax: 213961428

e-mail: geral@ordemeconomistas.pt

Website: www.ordemeconomistas.pt

Se desejar ser removido da nossa lista de distribuição, envie um e-mail para geral@ordemeconomistas.pt com o assunto :
Remover Newsletter